

## ATUAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM MINAS GERAIS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS E IMPACTOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

*The Performance of the Criança Feliz Program in Minas Gerais: Analysis of Strategies and Impacts on Early Childhood*

*Actuación del Programa Criança Feliz en Minas Gerais: Análisis de Estrategias e Impactos en la Primera Infancia*

Aline Guimarães Rodrigues 

Heloisa Silva Pereira Teixeira 

Roberta Bessa Veloso Silva 

Sandra de Souza Alves 

### RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a atuação do Programa Criança Feliz no estado de Minas Gerais, bem como suas especificidades, a partir da aplicação de questionários semiestruturados junto a supervisores e secretários do programa em 120 municípios em atividade. A análise dos dados permitiu identificar as particularidades locais e evidenciou que, na maioria dos casos, o programa tem conseguido alcançar seus objetivos. Além disso, os resultados indicam que iniciativas voltadas à primeira infância desempenham papel fundamental nas comunidades, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento integral das crianças atendidas.

**Palavras-chave:** Acompanhamento familiar. Desenvolvimento infantil; Políticas Públicas. Primeira Infância.

### ABSTRACT

*This study aimed to analyze the implementation of the Programa Criança Feliz in the state of Minas Gerais, as well as its specific characteristics, based on semi-structured questionnaires administered to program supervisors and secretaries in 120 active municipalities. The data analysis made it possible to*

*identify local particularities and showed that, in most cases, the program has been able to achieve its objectives. Furthermore, the results indicate that early childhood-focused programs play a fundamental role in communities, contributing significantly to the integral development of the children served.*

**Keywords:** Family support. Child development. Public policy. Early childhood.

## **RESUMEN**

*Este estudio tuvo como objetivo analizar la implementación del Programa Criança Feliz en el estado de Minas Gerais, así como sus especificidades, a partir de la aplicación de cuestionarios semiestructurados a supervisores y secretarios del programa en 120 municipios activos. El análisis de los datos permitió identificar las particularidades locales y evidenció que, en la mayoría de los casos, el programa ha logrado alcanzar sus objetivos. Además, los resultados indican que los programas dirigidos a la primera infancia desempeñan un papel fundamental en las comunidades, contribuyendo significativamente al desarrollo integral de los niños atendidos*

**Palabras-clave:** Acompañamiento familiar. Desarrollo infantil. Políticas públicas. Primera infancia.

---

## **INTRODUÇÃO**

A primeira infância é definida como o período que se estende desde o nascimento até os seis anos de idade. Nesta fase, ocorrem diversas descobertas e aprendizagens que irão acompanhar a criança durante toda a sua vida, podendo interferir no seu potencial humano. Investimentos nesta etapa da vida podem resultar em uma sociedade mais desenvolvida e próspera (Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância, 2014).

A atenção voltada para o desenvolvimento infantil na primeira infância não deve ser vista apenas como preparação para o ingresso escolar, mas como um esforço para promover um desenvolvimento holístico das necessidades socioafetivas, cognitivas e motoras. Isso permitirá a construção de uma base sólida e ampla para a aprendizagem e o bem-estar ao longo da vida, capacitando futuros cidadãos solidários, capazes e responsáveis (Uddin et al., 2020).

Durante este período, o desenvolvimento infantil pode ser compreendido à luz da perspectiva histórico-cultural, segundo a qual as funções psicológicas superiores se constituem por meio das interações sociais e das mediações

culturais. Nesse sentido, o cérebro da criança não apenas absorve informações, mas se organiza a partir das experiências vividas em contextos sociais concretos, sendo profundamente influenciado pelas relações que estabelece com os outros e com o meio (Vygotsky, 2018).

Sob essa mesma ótica, convém destacar o conceito de vivência de Vygotsky (2016), que pressupõe que o desenvolvimento infantil está intrinsecamente relacionado ao lugar que a criança ocupa nas relações sociais. Tanto no contexto familiar quanto na Educação Infantil, essas interações não apenas apresentam o mundo à criança, mas condicionam a forma como ela o interpreta e dele se apropria. Nesse processo, a criança não é um sujeito passivo, mas sim um sujeito que participa ativamente, atribuindo sentidos às experiências vividas.

Assim, autoras como Mendes e Labadessa (2020) corroboram essa discussão ao afirmarem que a maneira de o sujeito se envolver nas situações cotidianas influencia diretamente suas aprendizagens e o seu desenvolvimento, evidenciando que a constituição das capacidades humanas ocorre na dinâmica entre sujeito, cultura e relações sociais. Com isso, a família, assim como outros contextos educativos, assume papel central como mediadora no processo de desenvolvimento, favorecendo a internalização de conhecimentos, valores e modos de agir. Dessa forma, as dimensões cognitivas, físicas, emocionais e sociais se desenvolvem de maneira integrada, a partir das práticas culturais e das interações que marcam a trajetória da criança na primeira infância.

Nesse cenário, alguns dilemas emergem. Observa-se que muitas crianças passam a receber estímulos mais sistematizados apenas após o ingresso na escola, uma vez que, em diversos casos, os responsáveis se encontram ausentes da rotina diária ou desconhecem a importância dos vínculos afetivos, dos cuidados e das experiências lúdicas para um desenvolvimento saudável (Rayane; Sousa, 2018).

Assim, é fundamental investir em programas de atendimento integral voltados para a primeira infância, que auxiliem as famílias nos cuidados e nos estímulos das crianças nessa fase crucial. Heckman (2008) afirma que, se houver investimento em programas para crianças de 0 a 5 anos, pode haver um retorno de até 13% sobre o investimento.

Dessa forma, o investimento na primeira infância pode promover o desenvolvimento de recursos humanos, igualdade de gênero e coesão social, além de reduzir os custos de programas de remediação posteriores. Para crianças em situação de risco e vulnerabilidade social, políticas públicas voltadas ao período de vida intrauterina até os seis anos de idade desempenham um papel crucial na sociedade (Lavy; Lotti; Yan, 2020).

Em outubro de 2016, o Brasil lançou o Programa Criança Feliz (PCF), que é um dos maiores programas de visita domiciliar de Desenvolvimento da Primeira Infância (Brasil, 2019). O programa possui dois pilares principais: (a) visitas domiciliares para fortalecer o vínculo familiar e (b) coordenação intersetorial para fortalecer os serviços locais, estaduais e nacionais. As famílias beneficiárias do programa são aquelas como: gestantes, crianças menores de 3 anos e crianças com deficiência menores de 6 anos de idade com Benefício de Prestação Continuada, que participam do Bolsa Família (Venâncio et al., 2018).

Nesse contexto, emergem tensões cruciais acerca da execução do programa. Autoras como Campos (2022) advertem para o risco de um retrocesso social caso a iniciativa resgate uma lógica higienista e disciplinadora. Conforme destaca a autora, tal perspectiva tende a responsabilizar individualmente as famílias em situação de vulnerabilidade pelo seu próprio bem-estar, camuflando as omissões estruturais do Estado sob o discurso do cuidado técnico.

Essa preocupação torna-se ainda mais latente ao considerar que a gênese do referido programa ocorreu em um cenário de profunda instabilidade institucional, o período pós-impeachment de 2016, sob a gestão de Michel Temer. Tal marco temporal suscita questionamentos sobre o desmonte de direitos sociais e a implementação de políticas de caráter focalizado em detrimento do direito universal.

Entretanto, é precisamente nesse tensionamento entre a norma e a prática que surgem brechas para a resistência. Embora seja imperativo o cuidado para não retroceder a práticas de controle da infância, é igualmente oportuno vislumbrar as possibilidades de transgressão que emergem no cotidiano. Assim, a presente pesquisa desloca o olhar da teoria macroestrutural para a atuação prática, investigando como o programa se materializa e quais formas de transgressão são operadas em sua execução em um município do Sul de Minas Gerais.

Diante dessa importância, este estudo tem como objetivo analisar a atuação do PCF no Estado de Minas Gerais, instituído pelo Decreto nº 8.869 em 2016 no Brasil. O programa visa promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e este estudo buscará verificar as peculiaridades e principais desafios enfrentados em cada município entrevistado.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo tem caráter descritivo e transversal, uma vez que as informações foram coletadas em um único período para analisar a atuação do PCF no Estado de Minas Gerais em 2021. Após realizar uma busca no banco de dados do site do Ministério da Cidadania, Programa Primeira Infância no SUAS, verificou-se que existem 499 municípios em Minas Gerais, e 48,50% deles aderiram ao programa. Por meio de contato com o Coordenador Geral de Apoio Institucional do Ministério da Cidadania, foi fornecida uma planilha contendo o contato e o e-mail de todos os supervisores e secretários do programa, na qual constatou-se a presença do programa em 313 municípios.

Para realizar a pesquisa, foram enviados convites para todos os e-mails dos municípios ativos na planilha, mas que foram atualizados, resultando em uma amostra final de 120 municípios adeptos ao programa. A pesquisa foi realizada com supervisores/secretários do PCF no Estado de Minas Gerais por meio de um questionário semiestruturado enviado por e-mail, após a obtenção do consentimento informado dos participantes, de acordo com as diretrizes da Resolução 466/12 (Brasil, 2012).

Devido à pandemia da Covid-19, a entrevista não foi a técnica adequada de coleta de dados, o que motivou o uso do e-mail como meio de comunicação. As perguntas do questionário foram elaboradas pelos autores e continham questões abertas e fechadas, cujas respostas foram usadas para a realização de análises estatísticas, incluindo a contabilização das frequências absoluta e percentual e a construção de intervalos de confiança de 95% para proporção, possibilitando a inferência estatística (Bussab; Morettin, 2017). A pesquisa quantitativa buscou explicar aspectos coletivos, predominantemente de grupo, através da análise de dados e da inferência estatística, mas respeitando a variabilidade aleatória amostral (Minayo; Sanches, 1993).

As questões contidas no questionário resultaram na contabilização das frequências absoluta e percentual e permitiram a realização de uma análise estatística dos dados, através da construção de intervalos de confiança (95%) para proporção, possibilitando a inferência estatística (Bussab; Morettin, 2017). Deve-se destacar que a pesquisa quantitativa aceita que a sua explicação não vem de algo singular, individual, ou diferenciado, ela se interessa no que é coletivo, predominantemente, algo de grupo. Essa dinâmica promove, em seu interior, o fortalecimento da estatística, diante da sua potencialidade na análise de dados e possibilidade de inferência, pedindo apenas o respeito à variabilidade aleatória amostral (Minayo; Sanches, 1993).

Além disso, foi realizada uma pesquisa qualitativa com os supervisores/secretários do PCF, por meio da observação e percepção das pesquisadoras sobre o Programa. As mesmas atuaram como visitadoras durante três anos e meio, o que lhes permitiu uma relação mais aprofundada com os pesquisados. A pesquisa qualitativa é um método eficaz para desenvolver e implementar teorias a partir da análise de dados coletados e desenvolvidos durante o processo de pesquisa (Straus; Corbin, 2008), permitindo um relacionamento mais aprofundado entre pesquisadores e pesquisados (González, 2005).

Para a análise dos dados, foi utilizado o software R® (R CORE TEAM). O software R® é uma plataforma de código aberto para computação estatística e gráficos, que fornece uma ampla variedade de ferramentas e bibliotecas para análise de dados, modelagem estatística e visualização de dados. Dos 313 municípios pesquisados, 120 questionários foram preenchidos, o que representa um retorno de aproximadamente 38%. De acordo com as normas estatísticas, um retorno de 30% ou mais garante uma margem de erro inferior a 10%, aumentando a precisão dos resultados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Caracterização dos municípios do Programa Criança Feliz sob a visão dos secretários e supervisores**

Os resultados da pesquisa foram compilados na tabela abaixo, na qual estão apresentadas as informações relevantes sobre o gênero e a faixa etária dos secretários ou supervisores que participaram da pesquisa:

**Tabela 1** – Visão dos secretários e supervisores sobre o PCF: Medidas estatísticas obtidas para as variáveis analisadas.

Variáveis	n (%)	IC (p; 95%)	Valor-p
<b>Gênero</b>			
Feminino	113 (94,17%)	87,92; 97,42	<0,01**
Masculino	7 (5,83%)	2,58; 12,08	<0,01**
<b>Total:</b>	<b>120</b>		
<b>Faixa etária</b>			
Até 30 anos	31 (25,83%)	18,47; 34,77	<0,01**
30 a 40 anos	60 (50,00%)	41,19; 58,81	1,0000 <sup>ns</sup>
Acima de 40 anos	29 (24,17%)	17,02; 33,00	<0,01**
<b>Total</b>	<b>120</b>		
<b>O supervisor do PCF possui formação acadêmica?</b>			
Sim	119 (99,17%)	94,76; 99,95	<0,01**
Não	1 (0,83%)	0,043; 5,23	<0,01**
<b>Total</b>	<b>120 (100,00%)</b>		
<b>Os visitantes do PCF possuem formação acadêmica?</b>			
Sim	41 (34,43%)	21,14; 43,79	0,0009**
Não	78 (65,54%)	56,21; 73,86	0,0009**
<b>Total</b>	<b>119 (100,00%)</b>		
<b>Houve capacitação da equipe do PCF antes de iniciar o trabalho?</b>			
Sim	113 (94,96%)	88,89; 97,93	<0,01**
Não	6 (5,04%)	2,07; 11,11	<0,01**
<b>Total:</b>	<b>119 (100,00%)</b>		
<b>Aprimoramento da equipe com cursos de capacitação</b>			
Com pouca frequência	23 (19,33%)	12,89; 27,80	<0,01**
Média frequência	64 (57,78%)	44,43; 62,88	0,4633 <sup>ns</sup>
Muita frequência	32 (26,89%)	19,37; 35,93	<0,01**
<b>Total</b>	<b>119(100,00%)</b>		
<b>Houve mudança de supervisor(a) no município?</b>			
Sim	75 (62,50%)	53,15; 71,03	0,0081**
Não	45 (37,50%)	28,97; 46,84	0,0081**
<b>Total</b>	<b>120 (100,00%)</b>		
<b>No município existe plano de ação do PCF?</b>			
Sim	91 (75,83%)	67,00;82,97	<0,01**
Não	29 (24,17%)	17,02; 33,00	<0,01**
<b>Total</b>	<b>120 (100,00%)</b>		
<b>O Comitê Gestor funcionava de maneira efetiva no município?</b>			

## A ATUAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM MINAS GERAIS

Sim	75 (63,02%)	53,64; 71,55	0,0059**
Não	44 (36,97%)	28,44; 46,35	0,0059**
<b>Total</b>	<b>119 (100,00%)</b>		

\*Significativo ao nível nominal de 5% de significância, ( $p < 0,05$ ).

\*\*Significativo ao nível nominal de 1% de significância, ( $p < 0,01$ ).

<sup>ns</sup> Não significativo ao nível nominal de 5% de significância, ( $p > 0,05$ ).

Fonte: Autoras (2024)

Na Tabela 1, pode-se observar que houve uma maior predominância do gênero feminino entre os secretários ou supervisores, com 113 (94,17%) mulheres e 7 (5,83%) homens, totalizando 120 participantes. As faixas etárias que apresentaram diferença estatisticamente significativa foram aquelas de até 30 anos e acima de 40 anos, com p-valor menor que 0,01.

Em relação à formação dos profissionais do PCF, pode-se constatar que 119 (99,17%) dos supervisores possuem formação acadêmica, sendo a maioria formada em Serviço Social, Pedagogia e Psicologia. Além disso, 41 (34,43%) dos visitantes também possuem formação acadêmica, e alguns deles possuem magistério ou cursam outras áreas. Entretanto, a maioria dos visitantes não possui formação acadêmica, totalizando 78 (65,54%) profissionais. Vale ressaltar que a Portaria nº 956/2018 do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) estabelece que as visitas domiciliares podem ser realizadas por profissionais com formação de nível médio ou superior.

Com relação à capacitação dos profissionais, 113 (94,96%) dos 119 respondentes fizeram a capacitação necessária para iniciar o trabalho. Em relação ao aprimoramento da equipe com cursos de capacitação, 32 (26,89%) relataram fazê-lo com muita frequência, enquanto 23 (19,33%) com pouca frequência ( $p < 0,01$ ). A capacitação dos profissionais do PCF permite que eles tenham habilidades para concretizar as ações nos territórios, com conhecimento sobre como agir durante as visitas e com as famílias acompanhadas. A capacitação deve ocorrer em nível municipal após a certificação dos Supervisores pela coordenação estadual do programa. A partir disso, os supervisores estão aptos para realizar as capacitações da equipe municipal de visitantes (Aracal et al., 2019).

De acordo com o Manual de Gestão Municipal, o Plano de Ação é utilizado para elaborar medidas a serem tomadas, estabelecer metas, sugerir recursos para a realização das tarefas e organizar o tempo para cumprimento das atividades (Brasil, 2019). Nesse sentido, dos 120 participantes da pesquisa,

91 (75,83%) afirmaram ter um plano de ação do PCF, enquanto 29 municípios (24,17%) relataram não possuir, apresentando diferença estatisticamente significativa ( $p < 0,01$ ). É possível identificar que a maioria dos municípios possui um plano de ação, visto que as ações são planejadas e executadas a partir dele. No entanto, é importante refletir sobre como as ações são executadas nos municípios que não possuem um plano de ação.

Em relação à mudança de supervisor no município, 75 (62,50%) responderam que ocorrem mudanças, enquanto 45 (37,50%) afirmaram que não há rotatividade de supervisores, apresentando diferença estatisticamente significativa ( $p = 0,0081$ ). No que diz respeito à mudança de visitantes, a maioria dos municípios afirmou que houve mudança na equipe. Conforme o Manual de Gestão Municipal do PCF (2019), o Comitê Gestor do programa é responsável por fortalecer as ações planejadas nos municípios, buscando atender as famílias acompanhadas de forma integral. Esse comitê deve ser instituído por meio de decreto, sendo composto por um representante titular e um suplente de cada Secretaria, como Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Direitos Humanos, entre outras, a fim de promover a intersetorialidade do PCF.

Os resultados apresentados na Tabela 1 revelam que, quando questionados sobre a efetividade do comitê gestor, 75 (63,02%) dos 119 respondentes apontam para uma boa articulação entre o comitê e a equipe do PCF. Essa articulação é alcançada por meio de reuniões periódicas nas quais são levantadas as demandas e, com base na observação das visitantes, é traçado o planejamento das ações futuras para atender essas demandas de forma efetiva.

No entanto, a pesquisa também revela que 44 (36,97%) dos 119 respondentes relataram não ter um comitê gestor funcionando de maneira efetiva ( $p = 0,0059$ ). Em alguns casos, o município não possui o comitê, e em outros casos, mesmo quando há o comitê, ele não é articulado de maneira efetiva. Essa falta de efetividade pode ser atribuída, em muitos casos, à constante mudança de profissionais na gestão municipal, com remanejamento ou troca de cargo.

É importante destacar que a efetividade do comitê gestor é fundamental para o sucesso do PCF, pois é responsável pelo fortalecimento das ações planejadas no município e pela busca de atender as famílias acompanhadas pelo

Programa de maneira integral. De acordo com o Manual de Gestão Municipal do PCF, o comitê gestor deve ser instituído por meio de decreto e ser composto por um representante titular e um suplente de cada Secretaria, visando à composição da intersetorialidade do PCF (Brasil, 2019). É necessário que haja comprometimento dos membros do comitê e que as reuniões sejam realizadas de forma periódica e produtiva, com o objetivo de garantir a efetividade das ações planejadas.

No entanto, é comum que os novos integrantes do comitê gestor desconheçam o funcionamento do programa e não deem seguimento ao planejamento anterior, prejudicando a efetividade das ações. Essa constante mudança de equipe, tanto do comitê gestor quanto dos supervisores e visitantes, leva à reflexão de que, se a equipe do PCF fosse fixa e efetiva, as ações poderiam ocorrer de maneira mais eficiente.

### **Análise da Implementação do PCF: frequência de reuniões, intersetorialidade, visitas domiciliares e práticas ditadas pelas diretrizes.**

**Tabela 2** - Análise da Implementação do PCF: Medidas estatísticas obtidas para as variáveis analisadas.

<b>Variáveis</b>	<b>n (%)</b>	<b>IC (p; 95%)</b>	<b>Valor-p</b>
<b>Realização de reuniões entre supervisor, secretário(a) e visitantes.</b>			
Com muita frequência	73 (61,34%)	51,95; 70,00	0,0171**
Com pouca frequência	9 (7,56%)	3,73; 14,27	<0,01**
Com média frequência	37 (31,09%)	23,10; 40,33	<0,01**
<b>Total</b>	<b>119 (100,00%)</b>		
<b>O PCF em seu município é trabalhado de maneira intersetorial?</b>			
Sim	115 (95,83%)	90,06; 98,45	<0,01**
Não	5 (4,17%)	1,54; 9,93	<0,01**
<b>Total:</b>	<b>120 (100,00%)</b>		
<b>Áreas em que o município realiza visitas</b>			
Zona urbana	119 (51,07%)	44,47; 57,63	0,7933 <sup>ns</sup>
Zona rural	92 (39,48%)	33,22; 46,10	0,0017**
Favela	9 (3,86%)	1,90; 7,44	<0,01**
Quilombo	9 (3,86%)	1,90; 7,44	<0,01**
Indígena	0 (0,00%)	-	-
Outros	4 (1,72%)	0,55; 4,63	<0,01**
<b>Total</b>	<b>233 (100,00%)</b>		

<b>Maior público alvo no município</b>			
Zona urbana	99 (82,50%)	74,26; 88,60	<0,01**
Zona rural	21 (17,50%)	11,40; 25,74	<0,01**
<b>Total</b>	<b>120 (100,00%)</b>		
<b>São encontradas dificuldades ao realizar visitas domiciliares?</b>			
Sim	74 (62,18%)	52,79; 70,78	0,0103*
Não	45 (37,82%)	29,22; 47,20	0,0103*
<b>Total</b>	<b>119 (100,00%)</b>		
<b>Existe alguma diretriz do PCF que na prática não é eficiente?</b>			
Sim	40 (33,90%)	25,60; 43,26	0,0006**
Não	78 (66,10%)	56,74; 74,40	0,0006**
<b>Total</b>	<b>118 (100,00%)</b>		
<b>Maior público alvo no município</b>			
Criança afastada do convívio familiar	0 (0,00%)	-	-
BPC	0 (0,00%)	-	-
Bolsa família	60 (50,42%)	41,16; 59,65	1,0000 <sup>ns</sup>
Cad. Único	59 (49,58%)	40,34; 58,84	1,0000 <sup>ns</sup>
<b>Total</b>	<b>119 (100,00%)</b>		

\* Significativo ao nível nominal de 5% de significância, (p<0,05).

\*\*Significativo ao nível nominal de 1% de significância, (p<0,01).

<sup>ns</sup> Não significativo ao nível nominal de 5% de significância, (p>0,05).

Fonte: Autoras (2024)

Quanto à frequência de reuniões entre supervisores, coordenadores e visitantes, 73 (61,34%) dos 119 respondentes afirmaram que as reuniões ocorrem com muita frequência, enquanto 37 (31,09%) disseram que ocorrem com média frequência e 9 (7,56%) com pouca frequência, com significância estatística (p<0,01), conforme mostra a tabela 2. A realização de reuniões é uma ferramenta crucial para a comunicação da equipe, pois possibilita a troca de ideias, pensamentos, tomada de decisões e planejamento de novas ações, valorizando as ideias dos membros (Fuks et al., 2002).

O PCF deve ser implementado de maneira intersetorial, pois os serviços, direitos, informações e recursos de diversas políticas públicas são essenciais para ajudar as famílias a cuidar e proteger seus filhos, além de criar ambientes e espaços para que as crianças possam se desenvolver de forma saudável e segura. Essa intersetorialidade é fundamental para o programa e para a colaboração das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos e outras (Brasil, 2019).

Diante disso, a pesquisa investigou se os municípios estavam trabalhando de forma intersetorial e descobriu que 115 (95,83%) dos 120 respondentes afirmaram que sim, enquanto 5 (4,17%) disseram que não ( $p < 0,01$ ). Esses dados indicam que a maioria dos municípios realiza a intersetorialidade, o que é extremamente importante para garantir que as crianças tenham acesso às várias políticas públicas.

Além disso, verificou-se que a maioria das visitas são realizadas na zona urbana e na zona rural ( $p < 0,01$ ). No entanto, é importante chamar a atenção para o fato de que apesar de mais de 50% das respostas serem da zona urbana, não foi observada significância estatística ( $p = 0,7933$ ). A zona rural foi a região com maior frequência de visitas, com 92 (39,48%), seguida da favela e do quilombo, com 9 (3,86%) cada uma.

Quando questionados se encontram alguma dificuldade ao realizar as visitas domiciliares, 74 (62,18%) responderam que sim, enquanto 45 (37,82%) disseram que não. A maioria citou que a maior dificuldade encontrada é a falta de transporte para deslocamento das visitadoras, já que algumas residências ficam distantes do equipamento de referência. Outra dificuldade bastante citada é a adesão das famílias ao programa e a participação nas atividades propostas pelo visitador. Também foi mencionada a dificuldade causada pela pandemia, que dificultou a interação entre as famílias e os visitadores.

Ao serem questionados sobre o apoio integral da gestão municipal com o Programa e se está atendendo a todas as necessidades impostas pela equipe, foram obtidos 100 respondentes, dos quais 74 responderam que possuem um apoio integral, enquanto 26 relataram não ter esse apoio, com as mesmas questões já mencionadas em relação a veículos e recursos materiais. Quando questionados sobre como essas dificuldades eram sanadas, as respostas apontaram para reuniões realizadas com a equipe para discutir quais ações deveriam ser tomadas com persistência.

Em relação às práticas ditadas pelas diretrizes do PCF, foi questionado se a equipe considerava alguma ineficiente, e 78 (66,10%) dos participantes afirmaram que não, enquanto 40 (33,90%) disseram que sim ( $p = 0,0006$ ) (ver Tabela 2). Parte dos participantes que afirmaram que há práticas ineficientes mencionou que o período imposto para a duração e quantidade de visitas não é bem aceito pelas famílias das crianças. De acordo com o Guia para Visita

Domiciliar as visitas devem ser realizadas semanalmente para as famílias com crianças de 0 a 24 semanas, independentemente de elas terem deficiência ou não (Brasil, 2017).

Uma diretriz que tem se mostrado ineficiente na prática é aquela que desencoraja a participação da família nas atividades propostas pela visitadora. De acordo com o Manual do Programa, essa interação é fundamental para o fortalecimento do vínculo entre o cuidador e a criança, sendo um dos objetivos do programa (Brasil, 2017).

No entanto, é importante destacar que a formação específica das visitadoras é essencial para o sucesso do programa. De acordo com a percepção das pesquisadoras que atuaram como visitadoras, a falta de formação pode dificultar a resolução de questões durante as visitas. Como afirmou Freire (1996, p.25), “a teoria e a prática devem estar integradas para a obtenção da práxis, ou seja, a ação criadora e modificadora da realidade”. Portanto, é fundamental que as visitadoras possuam uma formação sólida e integrada, que lhes permita aplicar teoria e prática de forma eficaz, garantindo o melhor desenvolvimento possível para as crianças atendidas pelo programa.

Os resultados apontam que mesmo com os manuais de instrução fornecidos pelo Programa, eles não são suficientes para capacitar adequadamente as visitadoras. Isso é evidenciado pelo fato de que muitos dos participantes da pesquisa indicaram que gostariam de mais capacitações presenciais para as visitadoras. Embora essas capacitações sejam importantes para aprimorar as práticas, é necessário destacar que a formação teórica dos profissionais também é fundamental. Se as visitadoras possuírem uma formação acadêmica sólida e embasada teoricamente, a necessidade de capacitações presenciais pode ser menos demandada, como observado na Tabela 1.

Outra sugestão para aprimoramento do PCF é sobre a faixa etária das crianças atendidas e sobre a democratização do programa. No entanto, atualmente somente as crianças afastadas do convívio familiar ou que recebem o Benefício de Prestação Continuada são atendidas pelo programa até os 6 anos de idade (Brasil, 2019). Portanto, ampliar o público atendido para todas as crianças até os 6 anos, e não somente para aquelas que possuem BPC ou que estão afastadas do convívio familiar, como observado na Tabela 2, seria uma medida importante para aprimorar o programa.

## Programa Bolsa Família e Programa Criança Feliz: o impacto no desenvolvimento infantil em famílias de baixa renda

Conforme explicado pela Secretaria do Desenvolvimento Social, o Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda criado pela Lei nº 10.836/04 que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país (Brasil, 2018, 2021,). O Cadastro Único é utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, e a Tabela 2 mostra que 60 (50,42%) do público-alvo atendido nos municípios pertencem ao Bolsa Família e 59 (49,58%) ao Cadastro Único. As principais demandas solicitadas pelos beneficiários do PCF aos visitantes são cesta básica (112, 30,19%), kit maternidade (65, 17,52%), saúde (65,17,52%) e trabalho/renda (52, 14,02%), conforme é visto na tabela 3, abaixo:

**Tabela 3** – O impacto no desenvolvimento infantil em famílias de baixa renda:

Medidas estatísticas obtidas para as variáveis analisadas.

Variáveis	n (%)	IC (p; 95%)	Valor-p
<b>Principais demandas apresentadas pelas famílias</b>			
Cesta básica	112 (30,19%)	25,61; 35,18	<0,01**
Kit maternidade	65 (17,52%)	13,87; 21,86	<0,01**
Educação	26 (7,01%)	4,72; 10,22	<0,01**
Saúde	65 (17,52%)	13,87; 21,86	<0,01**
Trabalho/renda	52 (14,02%)	10,73; 18,06	<0,01**
Habitação	29 (7,82%)	5,38; 11,15	<0,01**
Violação dos direitos	15 (4,04%)	2,36; 6,73	<0,01**
Outros	7 (1,89%)	0,83; 4,02	<0,01**
<b>Total</b>	<b>371 (100,00%)</b>		
<b>Maiores dificuldades das crianças</b>			
Coordenação motora	22 (18,64%)	12,29; 27,09	<0,01**
Cognitivo	23 (19,49%)	13,00; 28,02	<0,01**
Social	38 (32,20%)	24,07; 41,52	0,0002**
Vínculo afetivo	35 (29,66%)	21;79,38,89	<0,01**
<b>Total</b>	<b>118 (100,00%)</b>		
<b>Percepção do visitante sobre a existência de vínculo afetivo entre cuidador e a criança</b>			
Sim	110 (92,44%)	85,73; 96,26	<0,01**
Não	9 (7,56%)	3,73; 14,27	<0,01**
<b>Total</b>	<b>119 (100,00%)</b>		
<b>O ambiente em que a criança está inserida demonstra ser um ambiente com estímulos positivos para a criança?</b>			
Sim	78 (65,00%)	55,69; 73,33	0,0014**
Não	42 (35,00%)	26,67; 44,30	0,0014**
<b>Total</b>	<b>120 (100,00%)</b>		

<b>Acompanhamento das famílias no período pandêmico</b>			
Visitas domiciliares	22 (18,49%)	12,19; 26,87	<0,01**
Atividades remotas	18 (15,13%)	9,45; 23,12	<0,01**
Visitas domiciliares e atividades remotas	79 (66,39%)	57,07; 74,62	0,0005**
O público do PCF está sem acompanhamento	0 (0,00%)	-	-
<b>Total</b>	<b>119 (100,00%)</b>		

\* Significativo ao nível nominal de 5% de significância, ( $p < 0,05$ ).

\*\* Significativo ao nível nominal de 1% de significância, ( $p < 0,01$ ).

<sup>ns</sup> Não significativo ao nível nominal de 5% de significância, ( $p > 0,05$ ).

Fonte: Autoras (2023)

O ambiente em que a criança cresce pode influenciar de maneira significativa seu desenvolvimento, podendo ser benéfico ou prejudicial. O PCF é uma importante iniciativa que visa estimular o desenvolvimento infantil em famílias de baixa renda. O objetivo do Programa é promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, levando em consideração sua família e contexto de vida (Brasil, 2019).

O ambiente familiar é crucial para o desenvolvimento infantil, pois é nele que a criança pode receber proteção e segurança, bem como estar exposta a riscos que podem prejudicar seu desenvolvimento. Andrade et al. (2005, p. 6007) afirmam que “fatores como baixo nível socioeconômico e fragilidade nos vínculos familiares podem interferir no desenvolvimento da criança, afetando habilidades como solução de problemas, linguagem, memória e habilidades sociais”.

Diante disso, foi questionado se o ambiente familiar em que as crianças atendidas pelo PCF estão inseridas oferece estímulos positivos, e verificou-se que 78 (65,00%) responderam afirmativamente, enquanto 42 (35,00%) disseram que não oferece ( $p = 0,0014$ ) (ver Tabela 3). A partir dos relatos das visitadoras, foram identificadas as principais dificuldades encontradas pelas crianças durante as visitas domiciliares, incluindo aspectos sociais (38, 32,20%), cognitivos (23, 19,49%), coordenação motora (22, 18,64%) e vínculo afetivo (35, 29,66%) ( $p < 0,01$ ). Em relação à percepção das visitadoras sobre o vínculo afetivo entre o cuidador e a criança, 110 (92,44%) de 119 respondentes relataram ter essa percepção, enquanto 9 (7,56%) disseram não ter essa percepção ( $p < 0,01$ ).

Embora as crianças tenham enfrentado dificuldades nas áreas citadas anteriormente, é importante destacar que a pesquisa também mostrou relatos positivos das visitadoras do PCF, que indicaram uma melhora significativa no

desenvolvimento infantil a partir do acompanhamento das visitas. Esses resultados podem ser observados no quadro 1.

**Quadro 1** – Impactos do Programa Criança Feliz no desenvolvimento infantil

<b>VARIÁVEL COGNITIVA</b>
Crianças mais espertas; mais curiosas e mais afetivas.
Diagnóstico precoce de problemas neurológicos; melhora significativa no desenvolvimento da fala
Desenvolvimento pedagógico; Melhoria na aprendizagem tanto das atividades da escola, quanto das atividades propostas pelos visitantes.
<b>VARIÁVEL COORDENAÇÃO MOTORA</b>
Melhora significativa na coordenação motora grossa (crianças começaram a andar, subir degraus, dançar)
Melhora significativa na coordenação motora fina (segurar o lápis de maneira correta, comer sozinhos, beber com copo)
<b>VARIÁVEL SOCIAL</b>
Progressão das crianças ao se comunicarem com o seu entorno; Crianças mais comunicativas; Avanços significativos na evolução da linguagem
Criança participativa
Iniciativa de compartilhar brinquedos; brincar com outras crianças.
<b>VARIÁVEL VÍNCULO AFETIVO</b>
Vínculo Familiar fortalecido
Melhor aproximação das famílias com as crianças; Melhora significativa no convívio familiar. Compreensão da família sobre a importância do brincar; Mudança de hábito; tempo exclusivo para a criança: as famílias passaram a se interessar mais no desenvolvimento de seus filhos
Olhar diferenciado das famílias com as crianças; Sensibilização parental.
Grande avanço na participação das famílias nas atividades, e uma maior interação família e a criança.

Fonte: Autoras (2023)

É importante ressaltar que esses resultados são de extrema importância, pois demonstram que o acompanhamento das visitadoras pode trazer benefícios para o desenvolvimento das crianças, principalmente em contextos de vulnerabilidade social. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas como o PCF na promoção de um desenvolvimento saudável e integral na primeira infância.

Com base nos resultados apresentados nos quadros anteriores, foi possível identificar que o PPCF está obtendo resultados positivos, sendo que o fortalecimento do vínculo familiar se destacou como um dos principais objetivos alcançados. Essa é uma meta importante do programa, como destacado na Portaria nº 956/GM/MDS, que visa “colaborar com o exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias na proteção, cuidado e educação das crianças na primeira infância” (Brasil, 2018, p.1).

Durante a pesquisa, também foi questionado sobre a estratégia/abordagem utilizada pelos visitantes nas primeiras visitas para que

as famílias tenham interesse em aderir ao programa. Observou-se que a maioria dos participantes (112) respondeu que inicialmente apresentaram o PCF, mostrando seus benefícios e objetivos em relação ao desenvolvimento infantil. Essa estratégia é fundamental para sensibilizar as famílias sobre a importância do programa e para motivá-las a participar ativamente das atividades propostas pelos visitantes.

### **Utilização de ferramentas no acompanhamento de famílias durante a pandemia**

Com o surgimento da pandemia de COVID-19, diversas medidas foram tomadas para controlar a disseminação do vírus, incluindo o distanciamento social e a implementação de protocolos de saúde. Nesse contexto, as ferramentas tecnológicas têm sido fundamentais para garantir a continuidade de diversos serviços, incluindo o PCF. No presente tópico, será discutido o uso de diferentes ferramentas tecnológicas utilizadas durante o período pandêmico para o desenvolvimento do programa. A tabela 4, abaixo, representa os resultados da pesquisa realizada com as visitadoras do programa.

**Tabela 4** - Acompanhamento de famílias durante a pandemia: medidas estatísticas obtidas para as variáveis analisadas.

<b>Variáveis</b>	<b>n (%)</b>	<b>IC (p; 95%)</b>	<b>Valor-p</b>
<b>Ferramentas utilizadas no período pandêmico</b>			
Ligação telefônica	71 (21,26%)	17,07; 26,12	<0,01**
Mensagem de texto	31 (9,28%)	6,49; 13,04	<0,01**
WhatsApp individual	87 (26,05%)	21,49; 31,16	<0,01**
WhatsApp grupos	48 (14,37%)	10,88; 18,70	<0,01**
Vídeos chamadas	28 (8,38%)	5,74; 12,02	<0,01**
Orientação de atividade entregue em mãos	62 (18,56%)	14,62; 23,24	<0,01**
Outros	7 (2,10%)	0,92; 4,46	<0,01**
<b>Total</b>	<b>334 (100,00%)</b>		
<b>O município utiliza os Formulários de Diagnósticos recomendados pelo MDS?</b>			
Sim	114 (95,80%)	89,98; 98,44	<0,01**
Não	5 (4,20%)	1,56; 10,01	<0,01**
<b>Total</b>	<b>119 (100,00%)</b>		
<b>Quais os Formulários de Diagnósticos utilizados?</b>			
Formulário de Caracterização do Território	91 (12,64%)	10,35; 15,34	<0,01**

## A ATUAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM MINAS GERAIS

Formulário de Caracterização da Família	110 (15,28%)	12,77; 18,16	<0,01**
Formulário de Caracterização da Gestante	109 (15,14%)	12,64; 18,01	<0,01**
Formulário de Caracterização da Criança	109 (15,14%)	12,64; 18,01	<0,01**
Diagnóstico Inicial do Desenvolvimento Infantil	93 (12,92%)	10,60; 15,64	<0,01**
Plano de Visitas	108 (15,00%)	12,51; 17,87	<0,01**
Avaliação do Desenvolvimento da Criança Final da Faixa Etária	90 (12,50%)	10,22; 15,19	<0,01**
Outros	10 (1,39%)	0,70; 2,62	<0,01**
<b>Total</b>	<b>720 (100,00%)</b>		

\* Significativo ao nível nominal de 5% de significância, ( $p < 0,05$ ).

\*\* Significativo ao nível nominal de 1% de significância, ( $p < 0,01$ ).

<sup>ns</sup> Não significativo ao nível nominal de 5% de significância, ( $p > 0,05$ ).

Fonte: Autoras (2023)

Na Tabela 4, é possível observar que as visitadoras preenchem formulários no início das visitas para obter informações básicas sobre as famílias. Os formulários incluem: Caracterização do território, que tem como objetivo conhecer e se apropriar dos espaços onde as famílias estão inseridas; Caracterização da família, que busca obter informações sobre o domicílio/família, condições de vida e comunidade; Caracterização da gestante e Caracterização da criança, que têm como objetivo adquirir informações sobre os participantes; e, por fim, o formulário de Diagnóstico Inicial do Desenvolvimento Infantil, que é atualizado de acordo com o desenvolvimento da criança. Os dados mostraram que 114 (95,80%) participantes relataram que os formulários recomendados pelo MDS são utilizados, ( $p < 0,01$ ).

Devido à pandemia de Covid-19, o PCF precisou se adaptar e foi questionado sobre como o trabalho está sendo realizado durante esse período de distanciamento social. Os resultados mostraram que o acompanhamento foi feito de várias maneiras: 87 (26,05%) famílias são acompanhadas via WhatsApp individual; 71 (21,26%) através de ligação telefônica; 62 (18,56%) recebem orientações de atividades entregues em mãos; 48 (14,37%) estavam em grupos de WhatsApp; 31 (9,28%) recebem mensagens de texto; 28 (8,38%) participam de videochamadas e 7 (2,10%) outros, ( $p < 0,01$ ).

Em resumo, a Tabela 4 apresenta os diferentes formulários utilizados pelas visitadoras do PCF para obter informações sobre as famílias participantes e o acompanhamento realizado durante a pandemia de Covid-19. Mesmo diante das adversidades causadas pela pandemia, o PCF conseguiu adaptar suas

atividades para continuar atendendo as famílias de forma remota. Essas informações são fundamentais para avaliar a efetividade do programa e orientar futuras ações para aprimorá-lo ainda mais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou que os municípios que aderiram ao Programa Criança Feliz tiveram bons resultados na implementação e adesão ao programa, apesar dos desafios enfrentados. Embora ainda haja uma parcela de municípios que não aderiram ao programa, é essencial que o tema da primeira infância seja mais valorizado e compreendido pela sociedade como um todo, a fim de promover um melhor desenvolvimento e qualidade de vida para as crianças. É importante que mais estudos sejam realizados sobre programas voltados à primeira infância e que as políticas públicas continuem a ser aprimoradas, para que as crianças tenham o melhor desenvolvimento possível.

---

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Susanne Anjos. **Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem**. Saúde pública, 39(4):606-11. 606-611. Agosto, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/jPxmQX5RTqrsYdHBHJzN9bf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 07 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz: guia para visita domiciliar. – 2ª Versão**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **A Intersetorialidade na Visita Domiciliar**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca\\_feliz/A\\_intersetorialidade\\_na\\_visita\\_domiciliar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_domiciliar.pdf). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL Governo Federal- Ministério da Cidadania. **O que é o Programa Criança Feliz**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/o-queepcf-2>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano. **Manual de gestão municipal do Programa Criança Feliz** [recurso eletrônico] / Edição - Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 956/GM/MDS**, de 22 de março de 2018. Brasília, 2018.

BRASIL, Secretaria do desenvolvimento social. **O que é o Bolsa Família?**. 2018. Disponível em: <<https://www.sedes.df.gov.br/bolsa-familia/>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.ht](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.ht). Acesso em: 06 dez. 2021.

BUSSAB; Pedro Alberto.; MORETTIN, Wilton de Oliveira. **Estatística Básica**. 9 ed. Editora Saraiva. São Paulo, 2017.

CAMPOS, Rosânia. Programa Criança Feliz: um salto histórico para o passado. **Práxis Educativa**, v. 15, e2015445, p. 1-22, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v15/1809-4309-praxeduc-15-e2015445.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**. 2014. Disponível em: [https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/08/O-impacto-do-desenvolvimento-na-primeira-infancia-sobre-a\\_aprendizagem.pdf](https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/08/O-impacto-do-desenvolvimento-na-primeira-infancia-sobre-a_aprendizagem.pdf). Acesso em: 06 dez. 2021.

CORBIN, Juliet; STRAUSS, Anselm. **Pesquisa Qualitativa. Técnicas e Procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada**. 2º ed. Porto Alegre. Atmed, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1996.

FUKS, Hugo; RAPOSO, Alberto B.; GEROSA, Marcos. A. **Engenharia de Groupware: Desenvolvimento de Aplicações Colaborativas**. XXI Jornada de Atualização em Informática, Anais do XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, V2, Cap. 3, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º edição. São Paulo, Ed Atlas S.A, 2008.

GONZÁLES. Fernando Luis Rey. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2005.

HECKMAN, James. **A Equação Heckman: Investir no desenvolvimento na primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia**. Disponível em:

<[https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D\\_Heckman\\_FMCSV\\_ReduceDeficit\\_012215.pdf](https://heckmanequation.org/www/assets/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduceDeficit_012215.pdf)>. Acesso em: 1 Apr. 2021.

LAVY, Victor; LOTTI, Giulia; YAN, Zizhong. **Empowering mothers and enhancing early childhood investment: effect on adults outcomes and children cognitive and non-cognitive skills.** Journal of Human Resources, p. 0917-9083R2, 2020.

MENDES, Ana Cláudia Bonachini; LABADESSA, Vanessa Milani. Os sentimentos e a formação da personalidade infantil: elementos para a organização da prática pedagógica. In: CORREA, Anderson Borges et al. **Educação e humanização de bebês e de crianças pequenas: conceitos e práticas pedagógicas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020

MINAYO, Maria Cecília. S. & SANCHES, Odecio. **Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

ROSA, Leomar Alves. **Programa Criança Feliz- Primeira Infância no SUAS.** Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, 2021. Disponível em: <<https://www.sedhast.ms.gov.br/programa-crianca-feliz-primeira-infancia-no-suas/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

RAYANE, Daniele Barbosa, SOUSA, Daniela Heitzmann Amaral Valentim. **Privação afetiva e suas consequências na primeira infância: um estudo de caso.** Revista InterScientia, v. 6, n. 2, p. 90-111, 2018.

UDDIN, Jalal et al. Parenting stress and family resilience affect the association of adverse childhood experiences with children's mental health and attention-deficit/hyperactivity disorder. **Journal of affective disorders**, v. 272, p. 104-109, 2020

VENÂNCIO, Sônia Isoyama et al. **Criança Feliz: Um Programa para quebrar o ciclo da pobreza e diminuir as desigualdades do Brasil.** Early Childhood Matters, p. 34-39, 2018.

VYGOTSKY, Lev. Quinta aula. Leis gerais do desenvolvimento psicológico da criança. In: **7 aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da Pedagogia.** Tradução e organização Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. Tradução Claudia da Costa Guimarães Santana. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018, p.92-109.

VYGOTSKI, Lev. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ed. Ícone, 2016. p.103 – 117.

---

Submissão em: 03 abr. de 2025

Aceite em: 14 abr. de 2026

**<sup>i</sup> Aline Guimarães Rodrigues**

Pedagoga pela Universidade Professor Edson Antônio Vellano (Unifenas). Atuou como visitadora do Programa Criança Feliz da Prefeitura de Carmo do Rio Claro.

E-mail: [aline.guimaraes22@gmail.com](mailto:aline.guimaraes22@gmail.com).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4330-0911>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9532275755320063>.

**<sup>ii</sup> Heloisa Silva Pereira Teixeira**

Pedagoga pela Universidade Professor Edson Antônio Vellano (Unifenas). Atuou como visitadora no Programa Criança Feliz da Prefeitura de Carmo do Rio Claro.

E-mail: [heloisapereira09@gmail.com](mailto:heloisapereira09@gmail.com).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1714-9293>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5867834053654147>.

**<sup>iii</sup> Roberta Bessa Veloso Silva – Unifenas**

Doutora e Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária, e graduada em Administração de Empresas, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA),

E-mail: [roberta.veloso@unifenas.br](mailto:roberta.veloso@unifenas.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4794-5872>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3751378355325825>.

**<sup>iv</sup> Sandra de Souza Alves – Unifenas**

Doutora em Agricultura Sustentável e Mestre em Sistemas de Produção na Agropecuária (Unifenas). Graduada em Administração, com Especialização em Gestão de Pessoas e em Pedagogia Empresarial. Coordenadora Científica do NETSU - Núcleo de Estudos Universitários da Responsabilidade Social/Unifenas.

E-mail: [sandra.souza@unifenas.br](mailto:sandra.souza@unifenas.br).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4196-2751>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2080899266926717>.